

ANEXO XIII – CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

Este documento tem como objetivo o estabelecimento dos critérios a serem seguidos pelos licitantes para a elaboração da Concepção Arquitetônica do COMPLEXO PENITENCIÁRIO, que será objeto de análise durante a habilitação da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO das propostas.

A Forma de apresentação do Memorial Descritivo, desenhos e demais Documentos que compõem a Concepção Arquitetônica do COMPLEXO PENAL estão discriminadas no TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

As metodologias de execução das propostas somente serão habilitadas caso a Concepção Arquitetônica seja capaz de demonstrar claramente o estrito cumprimento de cada uma das diretrizes dispostas abaixo.

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CONCEPÇÃO ARQUITETÔNICA REFERENTE AO COMPLEXO PENAL

A concepção arquitetônica do Complexo Penitenciário deverá garantir uma gestão eficiente das atividades internas ao Complexo Penal bem como propiciar a obtenção de todos os indicadores de desempenho previstos do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE, em níveis adequados.

Ainda, a concepção arquitetônica, deverá atender às seguintes diretrizes:

- a) A concepção arquitetônica de todo o Complexo Penal deverá estar de acordo com as normas municipais, estaduais e federais e as específicas relativas à implantação de infra-estrutura, bem como às normas ambientais vigentes;
- b) Todos os edifícios do Complexo Penal deverão oferecer níveis adequados de conforto e de segurança. É importante observar no terreno proposto sua topografia e insolação, levando-se em conta as condições climáticas regionais, respeitando as particularidades quanto à aeração, ventilação e iluminação;
- c) Os Projetos devem considerar as condições culturais, topográficas e climáticas particulares da região, compondo-se de uma imagem arquitetônica diferenciada e determinada pela sua integração com o contexto regional;
- d) A arquitetura de todo o Complexo Penal deverá garantir a permanência, proteção e custódia das pessoas que se encontrem detidas em seu interior;
- e) As edificações devem ser econômicas quanto ao custo da construção, considerando-se também o material a empregar, objetivando a redução das despesas que venham a ocorrer com a manutenção e a operação, sem, contudo, acarretar prejuízos às condições mínimas de comodidade, e às indispensáveis para a segurança e a preservação dos direitos fundamentais da pessoa humana;
- f) A verticalização máxima de qualquer edificação do complexo deverá ser de 3 (três) pavimentos;
- g) Não poderá haver utilização do subsolo, por razões de salubridade;
- h) A concepção arquitetônica do Complexo Penal deve prever a disponibilidade de, no mínimo, 2.920 vagas e a máxima de 3.040 vagas, todas masculinas. Esta capacidade será calculada somando-se as vagas em celas coletivas e individuais, desconsideradas as vagas de triagem e as vagas exclusivas para o tratamento de saúde de internos;

- i) O complexo Penal deverá disponibilizar, no mínimo, 1820 vagas para o regime fechado, incluindo-se as celas individuais, e 1100 vagas para o regime semi-aberto, incluindo também as celas individuais;
- j) O Complexo Penitenciário deverá ser formado por UNIDADES independentes e estanques, com distância mínima de 50m (cinquenta metros) entre suas muralhas ou alambrados, e compostas de, no máximo, 600 vagas e, no mínimo, 240 vagas, computadas as vagas individuais;
- k) Em nenhuma das Unidades Penais haverá internos de diferentes regimes de cumprimento de pena, fechado ou semi-aberto, simultaneamente;
- l) Em cada Unidade deverão ser previstas um número mínimo de celas individuais correspondentes a 10% da capacidade total;
- m) Cada cela de Unidade Penal do regime fechado deverá abrigar, no máximo 4 (quatro) internos;
- n) Cada cela de Unidade Penal do regime semi-aberto deverá abrigar no máximo 8 (oito) internos;
- o) As Unidades Penais deverão ser divididas em PAVILHÕES, onde se localizarão as Celas individuais e coletivas. Os Pavilhões não poderão se comunicar fisicamente e não poderão possuir mais que 80 vagas, cada um;
- p) Nas edificações com mais de um pavimento, as áreas destinadas a atividades coletivas e visitas deverão estar localizadas no pavimento térreo;
- q) No Complexo Penal, cada Unidade Penal deverá ter suas próprias instalações e precauções de segurança, adequadas ao seu regime. Esse dispositivo também se aplica aos estabelecimentos cujos blocos, isoladamente ou constituindo seções, tenham destinações específicas;
- r) Todo o Complexo Penal deverá levar em conta a acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais, conforme disposto na Lei Federal nr.

10.098, de 19/12/00, na Lei Estadual nr.11.666, de 09/12/94, na NBR 9050 e nas normas do CBM-MG.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS UNIDADES PENAIS

Cada UNIDADE PENAL que compõe o complexo penal deverá ser conceituada de modo a se promover um uso adequado dos espaços físicos de forma a garantir eficiência operacional, padrões adequados de segurança interna, fluxo eficiente de pessoas e materiais bem como proporcionar condições de ressocialização dos internos. A concepção das Unidades penais deverá atender, no mínimo, às seguintes diretrizes:

- a) A concepção arquitetônica deverá o equilibrar a racionalização de critérios construtivos com a necessidade de elaborar um projeto que contemple as distintas funções das Unidades Penais;
- b) A concepção arquitetônica das Unidades Penais deverá indicar claramente suas principais partes componentes com indicação das áreas que têm diferentes níveis de segurança, as quais deverão prever barreiras claras e homogêneas, sempre que possível;
- c) A área total e as áreas específicas de cada Unidade, tanto no que se refere a áreas construídas e áreas descobertas, deverão atender às normas vigentes, tanto no âmbito estadual quanto federal, das entidades reguladoras de sistema prisional e de saúde, além nas Normas Técnicas Brasileiras, no que couber;
- d) Dentro das Unidades Penais deverão ser previstos todos os equipamentos viários e urbanos necessários à sua operação;
- e) A concepção de cada UNIDADE deve prever a prevenção de fugas, eventos críticos e alterações de ordem, devendo incorporar sistemas de supervisão,

controle, identificação, vigilância e emissão de ordens a distância de modo a melhorar a funcionalidade e permitir a utilização de mão de obra de internos em atividades de trabalho, dentro do Complexo Penal;

- f) Deverá ser buscado, tanto quanto possível, linhas desobstruídas de visão, principalmente nos pontos dedicados para os Vigilantes e deverá ser evitada a existência de locais onde os internos possam se reunir fora do campo visual dos vigilantes e/ou agentes ou de serem monitorados por equipamento tecnológico de segurança;
- g) A disposição das janelas, pátios e recintos comuns das áreas de reclusão não poderão permitir o contato físico ou visual entre internos de Pavilhões ou Unidades Penais distintas;
- h) A concepção arquitetônica deverá prever que os internos não tenham contato visual direto com as vias de circulação dos vigilantes ou do pessoal administrativo do COMPLEXO PENAL;
- i) A concepção deverá respeitar as condições culturais, topográficas e climáticas particulares da região, utilizando uma arquitetura que permita a sua integração com o contexto regional;
- j) A arquitetura de cada UNIDADE deverá assumir contornos não hostis com o ambiente e deverá levar em conta as tendências arquitetônicas atuais no contexto de estabelecimentos penais.

2.1 MUROS, ALAMBRADOS E GUARITAS

Muros, alambrados e guaritas representam elementos fundamentais para a garantia de estanqueidade de edifícios que compõe as UNIDADES PENAIS. Sobre estes elementos, a concepção arquitetônica deve obedecer, no mínimo, às seguintes diretrizes:

- a) Devem ser previstos alambrados para cercar ou setorizar áreas internas às Unidades Penais, o que minimiza a dificuldade por parte dos agentes ou guarda externa na fiscalização dos internos;
- b) Devem ser utilizados muros ou alambrados para cercar os edifícios do conjunto que formam cada Unidade Penal;
- c) No caso de pátios para banhos de sol contíguos deverão ser usados exclusivamente muros na sua separação;
- d) Os muros ou os alambrados externos que limitam cada Unidade Penal deverão ter, no mínimo, 6,00m de altura acima do nível do solo, incluindo-se, se for o caso, nesta altura, a passarela de circulação para a segurança externa;
- e) Os muros ou alambrados externos das Unidades Penais deverão possuir guaritas de vigilância, dotadas de equipamentos de iluminação, alarme e comunicação, posicionados em locais estratégicos e com distâncias entre si que não comprometam a vigilância e a segurança da Unidade Penal ou do Complexo Penal;
- f) As guaritas devem possuir vasos sanitários e lavatórios, bem como acesso vertical individual, com controle de abertura restrito, conforme seja a concepção do Complexo e das Unidades;
- g) O acesso à passarela e às guaritas deverá localizar-se em um único ponto, facilitando a segurança, conforme concepção e justificativa apresentada pelo licitante;
- h) O muro não poderá, em hipótese alguma, independente do método construtivo, possuir saliências ou reentrâncias em sua face interna, além de ter de apresentar características de paredes de segurança, quanto à sua resistência a impactos;

- i) Os muros ou Alambrados externos que limitam as UNIDADES penais, devem ser implantados de forma a permitir a circulação de viaturas em todo seu perímetro, facilitando seu patrulhamento;
- j) Quando a barreira física adotada for muro a distância mínima entre esta e o alinhamento das edificações com presença de internos deverá ser de dez metros. Quando os edifícios não tiverem presença de internos esta dimensão deverá ser de, no mínimo, 6 (seis) metros;
- k) Quando a barreira física adotada for alambrado ou cerca a distância mínima entre essa e o alinhamento das edificações com presença de internos deverá ser de 15 (quinze) metros. Quando os edifícios não tiverem presença de internos esta dimensão deverá ser de, no mínimo, 10 (dez) metros.

2.2 OS COMPONENTES DAS UNIDADES PENAIS

O COMPLEXO PENAL deverá ser formado necessariamente por UNIDADES PENAIS e, se for o caso, células que concentrem certos serviços. Exceto nos casos expressamente aventados neste anexo, a Concepção arquitetônica de cada uma das UNIDADES PENAIS deverá necessariamente prever edificações para, no mínimo:

- a) Estacionamentos;
- b) Instalações de Administração;
- c) Almoxarifados;
- d) Sub estação de energia elétrica;
- e) Grupo gerador;
- f) Castelo de água e cisterna;
- g) Estação de tratamento de esgoto;
- h) Agentes penitenciários;

- i) Vigilantes penitenciários;
- j) Revista e Triagem;
- k) Serviço jurídico;
- l) Serviço de ensino;
- m) Serviço de assistência social;
- n) Serviço de assistência médica e odontológica;
- o) Enfermaria e pequenas cirurgias;
- p) Refeitórios;
- q) Cozinha e padaria;
- r) Lavanderia;
- s) Ensino e biblioteca;
- t) Oficinas de trabalho;
- u) Assistência religiosa e/ou culto (salão de múltiplas utilidades);
- v) Parlatório;
- w) Visitas de familiares;
- x) Visitas íntimas;
- y) Solarium;
- z) Prática de esportes e lazer;
- aa) Alojamento dos detentos.

2.2.1 A SETORIZAÇÃO

A concepção arquitetônica de cada UNIDADE PENAL deve ser elaborada de forma a caracterizar, através do uso, os setores que devem estar zoneados a fim de promover um fluxo ordenado de pessoas e veículos. A concepção deverá prever, no mínimo, a existência de três setores em cada UNIDADE PENAL:

- a) O setor Primário é formado pelo conjunto de edificações que media a relação da Unidade Penal com seu exterior. Neste Setor, haverá fluxo de pessoas estranhas ao estabelecimento, como visitas, agentes de escolta, pessoal administrativo, etc;
- b) O Setor Intermediário é formado pelo conjunto de edificações que, externas aos pavilhões, possuem níveis intermediários de segurança. Neste Setor circulam pessoas dos setores Primário e de Segurança;
- c) O Setor de Segurança é formado pelos pavilhões e outras edificações destinadas à convivência dos internos, onde o fluxo é de internos e de pessoal em serviço, bem como visitas em horários e situações previstas.

Cada um dos setores deverá possuir recintos específicos para determinadas funções. É importante ressaltar que para se referir a tais recintos será utilizado o termo “Bloco”. Blocos, portanto, não se referem a construções independentes e sim áreas específicas para a realização de determinadas funções e/ou atividades. Cada um dos setores deve conter, no mínimo, os blocos definidos abaixo:

a)– Setor Primário:

- I. Área de estacionamento;
- II. Bloco Portaria Principal;
- III. Bloco Agentes;
- IV. Bloco Vigilantes;
- V. Bloco Cozinha;
- VI. Bloco Lavanderia;
- VII. Bloco Almoxarifado;
- VIII. Bloco Administrativo;
- IX. Recepção de Visitas

b) – Setor Intermediário:

- I. Bloco Triagem/ Revista;
- II. Bloco Tratamento Penal;
- III. Bloco Saúde;
- IV. Bloco Visitas;
- c) – Setor de Segurança
 - I. Pavilhões de Vivência Coletiva;
 - II. Pavilhões de Vivência Individual.

A critério dos licitantes, e visando a eficiência operacional do Complexo Penitenciário, podem ser propostas Células Mães (unidades centrais) de serviço, externas aos limites das unidades Penais que contemple os locais para:

- a) Área de estacionamento;
- b) Bloco Cozinha;
- c) Bloco Lavanderia;
- d) Bloco Almoxarifado;
- e) Bloco Administrativo.

As concepções arquitetônicas das UNIDADES PENAIS devem, ainda, observar o seguinte:

- a) Se definido pelo proponente que utilizará internos nos trabalhos de cozinha e lavanderia estes deverão ser locados, preferencialmente, no setor intermediário;
- b) Na hipótese de previsão de Unidades Centrais de Serviços, não haverá necessidade de previsão dos blocos referidos em cada Unidade Penal, desde que cada Unidade Central de Serviços atenda um conjunto de Unidades Penais, que somem, no máximo, 1600 vagas.

Os critérios a seguir indicados indicam unidades e áreas mínimas. Contudo, se definido pelo proponente que são necessárias outras unidades não listadas elas deverão ser indicadas em sua proposta e consideradas na formulação de seus custos.

3 CRITÉRIOS MÍNIMOS DO SETOR PRIMÁRIO DAS UNIDADES PENAIS

3.1 BLOCO PORTARIA PRINCIPAL

O Bloco se situará na entrada de cada Unidade Penal, com objetivo de controlar e vistoriar a entrada de pessoas e veículos, inclusive suas cargas, na Unidade.

3.1.1 PROGRAMA FUNCIONAL MÍNIMO DO BLOCO PORTARIA PRINCIPAL

Programa discriminado	Áreas mínimas (m ²)
Sala para vigilância	10,00
Instalações sanitárias	6,00
Depósito de objetos que não tenham entrada permitida	3,00

3.2 BLOCO AGENTES

O Bloco será área específica para a permanência dos Agentes Penitenciários, responsáveis pela guarda externa e de muralha. Tal Bloco não poderá se comunicar fisicamente com o setor Intermediário. Por motivo de segurança, a subestação de energia elétrica, central de gás, castelo d'água e cisterna, conforme o caso, deverão ser implantados próximos ao módulo onde se localiza este Bloco.

3.2.1 Programa Funcional Mínimo do Bloco Agentes

Programa discriminado	Áreas mínimas (m ²)
Sala para comando da guarda c/ instalação sanitária anexa	15,00
Sala para rádio e apoio administrativo	30,00
Sala de armas	10,00
Copa	8,00
Dormitório da guarda masc.(caso necessário)	60,00
DML – depósito de material de limpeza	3,00
Acesso único para a passarela localizado nos muros de segurança de guaritas de proteção.	De acordo com o partido arquitetônico
Vestiário	30,00
Circulações	De acordo com o partido arquitetônico

3.3 Bloco Vigilantes

Este módulo abrigará área específica para a convivência dos agentes responsáveis pela segurança interna de cada Unidade Penal.

O Bloco Vigilantes deverá ser situado junto à entrada de cada Unidade Penal

3.3.1 Programa Funcional Mínimo do Bloco Vigilantes

Programa discriminado	Áreas mínimas (m ²)
-----------------------	---------------------------------

Dormitório dos agentes Masculino	60,00
Copa	8,00
Instalação sanitária dos agentes - Masculino e Feminino	24,00
Sala de chefia	12,00
Vestiários - Masculino e Feminino	40,00
DML – depósito de material de limpeza	3,00
Circulações	De acordo com o partido arquitetônico

3.4 Bloco Cozinha e Bloco Lavanderia

Em todos os casos, os projetos devem seguir a legislação do Ministério da Saúde (CLT, portaria 3214 de 08/06/78, que regulamenta a lei nº 6514 de 22/12/77), juntamente com as exigências da Vigilância Sanitária.

A instalação de cozinhas industriais e seus refeitórios devem prever o mínimo de 1m²/ pessoa para o refeitório (atendendo no mínimo 1/3 dos comensais do maior turno - almoço).

Os recintos destinados à Cozinha e Lavanderia poderão ser centralizados em Unidades Externas às Unidades Penais. Nesta hipótese o programa funcional mínimo devesse ampliar as áreas de acordo com o número de pessoas atendidas pelos blocos. A existência de Padaria é uma opção do proponente.

3.4.1 Programa Funcional Mínimo para os Blocos Cozinha, Bloco Lavanderia e Bloco Padaria internos às Unidades Penais.

Programa discriminado	Áreas mínimas (m2)
Cozinha	
Sala da nutricionista	8,00
Recebimento, pesagem, limpeza	20,00
Armazenamento de caixas	10,00
Despensa diária	40,00
Depósito de Material de Limpeza	3,00
Preparo e cocção de alimento	200,00
Setores de Pré-preparo (carnes, vegetais, cereais, café/ sobremesa, massas)	De acordo com a demanda de produção
Higienização de utensílios	25,00
Balcões térmicos	10,00
Estacionamento carrinhos	15,00
Lavagem de carrinhos	15,00
Pátio de serviço coberto (com tanques)	12,00
Refeitório para agentes	30,00
Instalação sanitária (refeitório) (masc./ fem.)	10,00
Vestiários (feminino/ masculino)	60,00
Circulações	De acordo com a arquitetura
Lavanderia	
Instalação sanitária (internos)	3,00
Área de trabalho (área suja/ limpa)	100,00
Pátio coberto com tanques	20,00
Pátio descoberto	20,00
Rouparia	20,00
Sala de costura	20,00

Circulações	De acordo com a arquitetura
Panificação (se for definida a sua existência)	
Área de preparo	36,00
Despensa	14,00
Sanitário	3,00
Sala para agentes	9,00
Circulações	De acordo com a arquitetura.

Se for prevista a utilização de mão de obra dos internos nos serviços de Cozinha e de Lavanderia deverão ser previstas áreas específicas para Instalações sanitárias, vestiários e outras que se façam necessárias.

3.5 BLOCO ADMINISTRATIVO

Funcionando como órgão central de controle e administração, abriga a diretoria do estabelecimento e suas dependências administrativas, juntamente com o apoio para as atividades educacionais realizadas nas Unidades Penais

3.5.1 PROGRAMA FUNCIONAL MÍNIMO DO BLOCO ADMINISTRATIVO.

Programa discriminado	Áreas mínimas (m2)
ÁREA ADMINISTRATIVA	
Hall de entrada	De acordo com programa.
Sala para o diretor público com	15,00

instalação sanitária anexa	
Sala para prontuário	30,00
Instalações sanitárias masculinas / femininas	30,00
Sala secretária	9,00
Sala Equipamentos	De acordo com a tecnologia utilizada
Sala CFTV, Telefonia e CPD	De acordo com a tecnologia utilizada
Sala de advogados	20,00
Sala de reunião	30,00
Sala diretor de segurança	12,00
Arquivo	30,00
Sala para apoio administrativo (3 unidades)	45,00
Copa	15,00
ÁREA ESCOLA	
Sala para Diretor com instalação sanitária anexa	12,00
Sala para os professores	20,00
Instalação sanitária (fem / masc)	6,00
Arquivo	30,00

3.6 ÁREA DE ESTACIONAMENTO

A área de estacionamento deverá ser projetada para um numero suficiente de acordo com a capacidade proposta de cada UNIDADE PENAL. O estacionamento de veículos para funcionários deve ser exclusivo.

4 CRITÉRIOS MÍNIMOS DO SETOR INTERMEDIÁRIO DAS UNIDADES PENAIS

4.1 Bloco de Triagem/ Revista:

Este bloco destina-se a receber a pessoa detida quando de sua entrada no estabelecimento. A permanência da pessoa detida deverá ser a mais breve possível, apenas o tempo necessário para ser devidamente cadastrada e identificada. O bloco também faz a ligação do setor intermediário ao setor de segurança, uma vez que, todos os funcionários que lidam com os internos e as visitas deverão passar pela parte da revista.

4.1.1 Programa Funcional Mínimo para o Bloco de Triagem/Revista

Programa discriminado	Áreas mínimas (m2)
ÁREA TRIAGEM	
Sala para agentes	9,00
Instalação sanitária para agentes	3,00
Sala guarda pertences	Com espaço para 1 escaninho para cada interno
Sala de identificação + Infopen	10,00
Sala barbearia	6,00
Instalação sanitária masculina	3,00
Celas individuais com instalação sanitária – 1 cela para cada 150 vagas	6,00 m ² /cela
ÁREA REVISTA – VISITA E AGENTES	
Programa discriminado	Áreas totais mínimas (m ²)

10 salas de revista de visitas (feminino e masc)	60,00
Instalações sanitárias, inclusive com acessibilidade (masc/femin)	20,00
Sala de controle e rádio	9,00
Revista de alimentos	20,00
Sala de espera (visitantes)	40 m²/100 internos visitados
Fraldário	12,00 m²
Vestiário para segurança e funcionários em geral	120,00
Guarita	De acordo com a arquitetura
DML – depósito de material de limpeza	3,00
Área de recepção	De acordo com a arquitetura
Área para Detectores de metais	De acordo com a arquitetura
Guarda volume de funcionários/vigilantes	25,00
Guarda volume de visitas	25,00

4.2 Bloco Tratamento Penal:

O Bloco reserva estruturas físicas para a provisão de assistência jurídica e social aos condenados. De acordo com os desenhos arquitetônicos e com o planejamento de fluxo de pessoas dentro das Unidades Penais este Bloco poderá estar contíguo ao Bloco Triagem.

4.2.1 Programa Funcional Mínimo para o Bloco Tratamento Penal

Programa discriminado	Áreas mínimas (m2)
Salas (04 unidades)	6,00 (cada)
Instalações Sanitárias (Internos)	4,00
Instalações Sanitárias (masculino / feminino)	4,00
Espera para atendimento de internos	6,00
Sala para Videoconferência	De acordo com a tecnologia utilizada

4.3 Bloco Saúde:

O Bloco Saúde é o espaço dedicado à assistência médica, farmacológica e psicológica à pessoa presa. Os desenhos devem estar estritamente de acordo com a regulamentação específica, em especial a Resolução N° 06/2006, do CNPCP, e na Resolução ANVISA N° 1777 e RDC 50, bem como as normas relativas à acessibilidade, em especial a NBR 9050 e as Leis Federal e Estadual referentes à matéria

4.3.1 Programa Funcional Mínimo do Bloco Saúde

Programa discriminado para atendimento de até 500 internos	Áreas mínimas (m2)
Cela de espera	6,0
Controle de agentes com sanitário anexo	6,0
Consultório Médico	7,50
Consultório Psicológico	6,00
Sala de coleta de material para	3,6

laboratório	
Sala de curativos, suturas e Posto de Enfermagem	12,00
Cela de Observação (04 unidades)	9,00 (cada)
Sanitário para pacientes	1,6
Farmácia	3,0
Central de material esterilizado	12,0
Rouparia/Armário para guarda de roupa	De acordo com o projeto
Depósito de Material de Limpeza	4,00
Sanitários masculino e feminino para a equipe de saúde	1,6(cada)
Apoio administrativo	6,00
Copa	3,60
Sala de Utilidades	4,00
Sanitários para funcionários	1,60 (cada)
Consultório odontológico	9,00
Sala para assistente social	6,00
Pátio Externo / Solário	6,00 m ² / usuário e dimensão mínima de 3,00 m(até quatro internos)

No caso das Unidades Penais preverem um número maior que 500 vagas, e na hipótese de ausência de regulamentação específica, as áreas deste programa mínimo devem ser ampliadas proporcionalmente.

5 Critérios Mínimos do Setor de Segurança das Unidades Penais

Dentro do setor de Segurança das Unidades Penais, deverá ser previsto pavilhões (edifícios incomunicáveis) para, no máximo 80 vagas, individuais ou coletivas.

5.1 Pavilhão de vivência coletiva

Este módulo deverá representar uma unidade autônoma, contando, sempre que possível, que todos os espaços que sejam usados pelos internos em seu dia-dia. Neste sentido, além das celas e outras estruturas específicas, os pavilhões devem conter, pelo menos:

- I Bloco Espaço multi-uso: Este espaço se destina, primordialmente, à prática de cerimônias e cultos religiosos, peças teatrais e, conforme for o caso, visitas de familiares;
- II Bloco Escola: Este espaço é destinado à realização de atividades de natureza educacional;
- III Bloco de Oficinas: Sempre com sentido profissionalizante, será utilizado para ajudar a recuperação dos internos para o convívio social e também para o trabalho remunerado;
- IV Bloco encontro íntimo: Espaço dedicado a visitas íntimas aos internos.

5.1.1 Programa Funcional Mínimo do Pavilhão de Vivência Coletiva

Programa discriminado	Áreas mínimas (m2)
Sala para vigilantes com instalação sanitária anexa	10,00
Parlatório (04 salas)	24,00
Circulações	De acordo com a arquitetura
Ala de Celas Coletivas	De acordo com especificações
BLOCO ESPAÇO MULTI-USO	
Área coberta	1,5 para cada pessoa presa

Área descoberta	4,5 para cada pessoa presa
Instalações sanitárias femininas	12,00
Instalações sanitárias masculinas	20,00
BLOCO ESCOLA	
Biblioteca/sala de múltiplo uso	60,00
Sala de aula (2 unidades)	45,00 cada
Instalação sanitária professores e vigilantes	5,00
Instalação sanitária internos	5,00
Circulações	De acordo com a arquitetura
BLOCO OFICINAS	
Sala de controle	9,00
Instalação sanitária instrutores e vigilantes	
Instalação sanitária internos	12,00
Área de trabalho	150,00
Circulações	De acordo com a arquitetura
BLOCO ENCONTRO ÍNTIMO	
Controle para agentes	6,00
Apartamentos/suítes (2 un)	6,00 cada
Rouparia	3,00
Depósito de Material de Limpeza	3,00

5.2 Bloco Vivência Individual

Este módulo será implantado para abrigar internos de alta periculosidade e indisciplinadas, além daquelas que, por lei, devem estar separadas dos demais.

5.2.1 Programa Funcional Mínimo do Pavilhão de Vivência Individual

Programa discriminado	Áreas mínimas (m2)
Sala para vigilantes com instalação sanitária anexa	8,00
Área coberta (refeitório, multiuso etc)	45,00
Pátio de Sol	5,00 por pessoa presa
Distribuição de refeições	7,00
Parlatório (02salas)	12,00
Circulações	De acordo com a arquitetura
Ala de Celas Individuais	De acordo com especificações
SETOR ENCONTRO ÍNTIMO	
Controle para agentes	6,00
Apartamentos/suítes (1 un.)	6,00
Rouparia	3,00
Depósito de Material de Limpeza	3,00

5.3 Parâmetros básicos para celas de vivência individual e coletiva

- Em todas as celas devem ser previstas mesa com banco, prateleiras, divisórias, entre outros elementos de apoio, sempre de concreto ou outro material integrado à estrutura da cela;
- A metragem, diâmetro e cubagem mínimos das celas deve obedecer o quadro de dimensões abaixo:

Dimensões mínimas das celas de vivência individual e coletiva			
Capacidade (vagas)	Área Mínima (m2)	Diâmetro mínimo (m)	Cubagem Mínima (m3)
1	6,00	2,00	15,00
2	7,00	2,10	17,50
3	7,50	2,20	18,75
4	8,00	2,30	20,00
5	9,00	2,40	22,50
6	10,00	2,50	25,00
7	11,00	2,60	27,50
8	12,00	2,80	29,00

- c) Os parâmetros da cela descritos acima não se aplicam para celas de saúde que seguem normas próprias;
- d) Não poderão ser previstos, no interior das celas, os seguintes elementos:
- I. registros, válvulas de descargas de latão ou metálicas;
 - II. chuveiros metálicos;
 - III. luminárias sem grade protetora;
 - IV. azulejos e cerâmicas (ladrilhos); e
 - V. Outros objetos que possa transformar-se em arma ou servir de apoio ao suicídio.
- e) As portas das celas, quando não forem de grade, deverão possuir visor com comando de abertura, que possibilite a melhor visualização de seu interior e de suas instalações pelo guarda. Se isso não for possível apenas com um visor, instalar-se-ão tantos quantos forem necessários na parede contígua à porta;
- f) As portas das celas, quando fechadas, não deverão possuir folgas de nenhuma espécie, devendo para tanto ser aplicados mecanismos que propiciem o trabalho das trancas sob pressão;
- g) As portas das celas deverão sempre abrir para fora e todas em um só sentido, ou corrediças;

- h) O mobiliário das celas, refeitório e auditório deverá ser, preferencialmente, de concreto;
- i) Todos os serviços das celas, como iluminação artificial, descarga nas instalações sanitárias e água nos chuveiros deverão contar com comandos externos, inclusive eventuais tomadas elétricas. Estas deverão, preferencialmente, serem externas.

6 CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA OS ACESSOS E CIRCULAÇÕES INTERNAS AO COMPLEXO

O projeto arquitetônico deve considerar localização das diversas unidades, sua interligação e aglutinação, para possibilitar um bom fluxo de internos e funcionários. A concepção arquitetônica do COMPLEXO PENAL deve descrever os acessos e circulações internas de forma a obedecer, no mínimo às seguintes diretrizes:

- a) O acesso de pedestres e veículos a cada Unidade Penal deve ser único, através de portal específico que permita a realização de vistorias;
- b) Nos espaços livres do terreno interno às UNIDADES PENAS, sempre que cabível, deve ser estabelecida a área necessária para circulação de veículos, viaturas de abastecimento, bem como os locais de paradas junto às entradas etc. Deve também ser estabelecida a circulação de pedestres por acessos à edificações;
- c) Os corredores e áreas de circulação, em todas as áreas internas da Unidade Penal, deverão ser cuidadosamente estudados para que promovam o mínimo deslocamento possível dos internos, bem como produzam sistemas ordenados de circulação que possam ser controlados e supervisionados pelos vigilantes;

- d) Os desenhos deverão prever circulações controladas para os fluxos no interior de cada Unidade Penal, de forma a garantir que estes fluxos se conduzam exclusivamente entre as áreas e recintos dispostos para tanto;
- e) Nas áreas internas aos Pavilhões deve-se evitar sobrecarregar e superpor fluxos nas escadas e circulações por onde transitem internos;
- f) Quanto às circulações adotadas nos Pavilhões de Vivência Individual e Coletiva, a exigência é a largura mínima de 1,50m para corredores que possuam celas em apenas uma de suas laterais e de 2,00m para celas nas duas laterais. Nas passagens cobertas que interligam os módulos, a largura mínima deve ser de 2,50m;
- g) Sempre que couber, os blocos ou módulos internos à Unidade Penal poderão ser interligados por passarelas cobertas, fechadas lateralmente ou não;
- h) O acesso às guaritas e ao passadiço da muralha, quando couber, será feito por fora da Unidade Penal, de modo a não permitir o contato entre os agentes e os internos. A quantidade, a disposição e a intercomunicação das guaritas deverão ser estudadas em consonância com o regime de cumprimento da pena e a concepção arquitetônica das unidades;
- i) Deverá ser previsto que as viaturas de condução de detidos à área de triagem ou de internos para alguma atividade externa tenham um acesso exclusivo ao Bloco de Triagem;
- j) Deverão ser previstas na Concepção Arquitetônica vias de acesso que interliguem a estrada de acesso projetada, descrita na PLANTA PLANIALTIMÉTRICA DO TERRENO, anexa a este EDITAL, e cada uma das UNIDADES PENAS e quando for o caso, edifícios acessórios.

7 OUTRAS CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS RELEVANTES À ELABORAÇÃO DA CONCEPÇÃO ARQUITETÔNICA

Sem prejuízo das determinações definidas acima, a concepção arquitetônica proposta deverá evidenciar e obedecer as seguintes diretrizes gerais:

- a) Revestimentos com materiais abrasivos devem, ser evitados;
- b) Os pisos e outros materiais deverão ser laváveis e resistentes, permitindo uma prática e eficiente manutenção e conservação;
- c) Todos os esgotos deverão ser lançados em caixa de inspeção situada na parte externa do prédio, contígua às celas, mas nunca nos pátios de sol;
- d) As partes externas deverão ser convenientemente drenadas, permitindo o perfeito escoamento das águas pluviais, protegendo, assim, as construções; recomenda-se que as tubulações devem ter no máximo 200 mm de diâmetro por linha;
- e) Os projetos do Complexo Penal deverão contemplar instalações de Sistema de Proteção contra Descargas Elétricas em todas as edificações;
- f) A fiação elétrica, os quadros e caixas de passagem enterradas, caixas de incêndio e reservatórios d'água devem ser especialmente protegidos com trancas de segurança e cadeados, e situados em locais fora do acesso dos internos;
- g) Os registros de hidrantes de combate a incêndio (pontos de água) deverão ficar em locais apropriados e de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros, sendo que as mangueiras e os respectivos acessórios deverão ficar em locais seguros e restritos aos funcionários;
- h) Todos os prédios deverão ter a sua cobertura em lajes devidamente impermeabilizadas, preferencialmente inclinadas, para garantir a estanqueidade, reduzindo o futuro custo de manutenção. Estas lajes terão prolongamento suficiente sobre os pátios para impedir acesso à cobertura a

- partir das áreas externas ou de circulação, além de serem dotadas de platibandas com espiral laminada (concertinas);
- i) Deve ser prevista iluminação artificial em todas as dependências da parte interna das Unidades, bem como geradores de emergência que entrará em funcionamento caso ocorra pane na subestação principal ou falha na alimentação de energia;
 - j) A iluminação artificial externa deverá ser executada da periferia para o interior ou da parte superior para a inferior. Neste caso, os postes de iluminação deverão ter altura mínima equivalente ao dobro da cumeeira da cobertura das edificações e permitir total iluminação das fachadas, pátios e coberturas, com um mínimo de 50 lumens por m²;
 - k) As luminárias das celas e dos corredores devem ser embutidas no forro e protegidas por grades de ferro ou outro mecanismo que lhes vedem o acesso por parte dos internos;
 - l) As aberturas dos compartimentos deverão obedecer a um mínimo de 1/8 da área de seu piso. Excluem-se dessa obrigatoriedade os compartimentos que servem de corredores e passagens com área igual ou inferior a 10,00 m². Quando a iluminação/ ventilação for zenital deverá atender também ao mínimo de 1/8 da área do piso. Em casos de as aberturas de iluminação e ventilação derem para um pátio coberto a proporção deverá ser de 1/6 e 1/4 respectivamente da área do piso;
 - m) A ventilação deverá corresponder a no mínimo 50% da área de iluminação. Não serão considerados ventilados ou iluminados os compartimentos cuja profundidade, a partir da abertura iluminante, for maior que 03 vezes seu pé direito. No caso de oficinas, capelas, cinemas, auditórios, será permitida uma profundidade de até 05 vezes o pé-direito;

- n) Será admitida a adoção de qualquer tipo de sistema construtivo para os estabelecimentos penais, desde que sejam atendidas todas as diretrizes aqui contidas e que se garantam a solidez e segurança da edificação. Assim sendo, dependendo do setor em que estiver situado o módulo e de sua necessidade de segurança, poderá a edificação ser executada em: alvenaria de tijolos, alvenaria de blocos de concreto, alvenaria de concreto armado, concreto armado moldado in loco, concreto armado pré-moldado, concreto armado pré-fabricado, em aço modular etc.

8 IMPLANTAÇÃO GERAL DAS UNIDADES E EDIFÍCIOS

A Concepção Arquitetônica deve necessariamente prever a implantação das UNIDADES PENAIS e outros edifícios, quando couber, no terreno proposto conforme o disposto na PLANTA PLANIALTIMÉTRICA DO TERRENO.